

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00047/2018)

**DEVEDOR**

Ente Federativo/UF: Francisco Sá/MG  
Endereço: Rua Capitão Eneas  
Bairro: Centro  
Telefone: (038) 3233-1659  
E-mail: prefeiturafranciscosa@yahoo.com.br  
Representante legal: MARIO OSVALDO RODRIGUES CASASANTA  
CPF: 479.411.116-91  
Cargo: Prefeito  
E-mail: prefeiturafranciscosa@yahoo.com.br

CNPJ: 22.681.423/0001-57  
CEP: 39580-000  
Fax:

Complemento:  
Data início da gestão: 01/01/2017

**CREDOR**

Unidade Gestora: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES  
Endereço: Capitão Enéas  
Bairro: Centro  
Telefone: (035) 3233-1659  
E-mail: prevbrejo@ig.com.br  
Representante legal: ELVIS HENRIQUE RUAS RODRIGUES  
CPF: 105.057.496-61  
Cargo: Gestor  
E-mail: prevbrejo@ig.com.br

CNPJ: 03.133.862/0001-80  
CEP: 39580-000  
Fax:

Complemento:  
Data início da gestão: 30/12/2016

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 1573/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Francisco Sá da quantia de R\$ 1.187.275,00 (um milhão e cento e oitenta e sete mil e duzentos e setenta e cinco reais), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 09/2012 a 12/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Francisco Sá confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 1.187.275,00 (um milhão e cento e oitenta e sete mil e duzentos e setenta e cinco reais), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 5.936,38 (cinco mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 5.936,38 (cinco mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), vencerá em 28/02/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

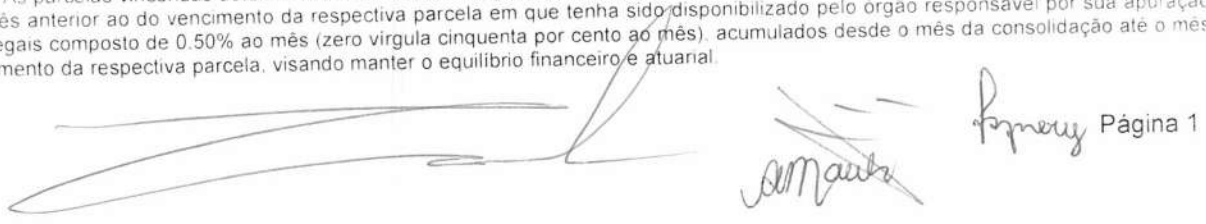
Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

A apuração do novo saldo devedor, calculado a partir dos valores atualizados da consolidação do parcelamento anterior e das prestações pagas deste, atualizados pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde a data do valor consolidado do (re)parcamento e prestações pagas anterior até a data de consolidação atual.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Página 1



TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00047/2018)

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais composto de 0.50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

**Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM**

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Francisco Sá - MG / 15/01/2018

Prefeitura Municipal de Francisco Sá  
MARIO OSVALDO RODRIGUES CASASANTA  
Diretor Executivo - PREVIDENCIÁRIO  
Decreto nº 001 de 29/12/2016  
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ  
ELVIS HENRIQUE RUAS RODRIGUES

**Testemunhas:**

Anna Karine Pena Paula  
Assistente  
CPF: 074.945.246-30  
RG: MG-12.064.051

Taine Stefane Ferreira Nery  
Assistente  
CPF: 120.588.926-40  
RG: MG 16.163.509

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00047/2018)


DECLARAÇÃO

MARIO OSVALDO RODRIGUES CASASANTA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00047/2018, firmado entre o/a Francisco Sá e o INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SA em 15/01/2018, foi publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ no

- ( ) mural  
( ) jornal \_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Diário Oficial do \_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Francisco Sá, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

  
MARIO OSVALDO RODRIGUES CASASANTA  
Prefeito

# AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

## Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00047/2018	Data	12/01/2018
Valor consolidado	1 187.275,00	Valor da prestação inicial	5 936,38
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	28/02/2018

### DEVEDOR

Ente Federativo	Francisco Sá/MG	CNPJ	22.681.423/0001-57
Representante Legal	MARIO OSVALDO RODRIGUES CASASANTA	CPF	479.411.116-91
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	438-3
		Conta nº	30035-7

### CREDOR

Unidade Gestora	INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SA	CNPJ	03.133.862/0001-80
Representante Legal	ELVIS HENRIQUE RUAS RODRIGUES	CPF	105.057.496-61
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	438-3
		Conta nº	2334-5

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento.

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;  
1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

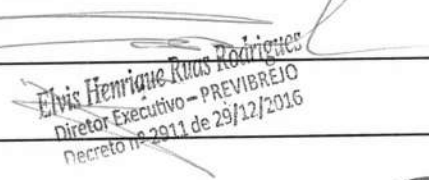

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Francisco Sá/MG - 15/01/2018

### ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	 Elvis Henrique Ruas Rodrigues Diretor Executivo - PREVIBREJO Decreto nº 2011 de 29/12/2016
BANCO DO BRASIL (*)	 Reginaldo Nunes de Azevedo GERENTE GERAL UN

(\*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 22.681.423/0001-57 Número do acordo: 00047/2018 Data de consolidação do Termo: 12/01/2018  
Ente: Prefeitura Municipal de Francisco Sá / MG Data de assinatura do Termo: 15/01/2018  
Título: Reparcèlement 934/2016 Data de vencimento da 1ª: 28/02/2018  
Lei autorizativa do parcelamento: Lei nº 1673/2017

### 2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)			
Competência:	Inicial: 09/2012	Final: 13/2013	Quantidade de Parcelas: 200
Diferença apurada:	1.322.604,33	Diferença apurada atualizada:	1.456.752,91
Valor da parcela na data de consolidação:	5.936,38	Valor pago atualizado:	269.477,91
Valor total reparcelado:			1.187.275,00
Critérios de atualização para consolidação do débito:			
Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 am
		Tipo de juros:	Composto
		Multa:	1,00 %
Critérios de atualização das parcelas vincendas:			
Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 am
		Tipo de juros:	Composto
Critérios de atualização das parcelas vencidas:			
Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 am
		Tipo de juros:	Composto
		Multa:	1,00 %

### 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA E VALORES PAGOS

Rubrica: Contribuição Patronal		Data de Consolidação do		01/12/2016		Número do Acordo: 00934/2016	
COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
12/2016	1.322.604,33	0,30	2,80	37.032,92	6,17	83.889,62	13.226,04
TOTAL:	1.322.604,33			37.032,92		83.889,62	13.226,04
							1.456.752,91

### LANÇAMENTOS DE VALORES PAGOS

Rubrica: Contribuição Patronal Data de Consolidação do Termo: 01/12/2016 Número do Acordo: 00934/2016  
PARCELA DATA DO VALOR PAGO ÍNDICE(%) VARIACÃO(%) ATUALIZAÇÃO TAXA DE JUROS (%) TIPO DE JUROS VALOR ATUALIZADO  
12/01/18 11:00 v1.1



## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

001	10/01/2017	23.308,35	0,38	2,11	491,81	6,70	Composto	25.394,77
002	10/02/2017	22.415,24	0,33	1,77	396,75	6,17	Composto	24.219,49
003	28/04/2017	23.278,04	0,14	1,38	321,24	5,11	Composto	24.805,20
004	31/05/2017	23.165,59	0,31	1,06	245,56	4,59	Composto	24.485,72
005	10/05/2017	23.165,59	0,31	1,06	245,56	4,59	Composto	24.485,72
006	12/06/2017	23.671,49	-0,23	1,30	307,73	4,07	Composto	24.955,17
007	10/07/2017	23.319,46	0,24	1,05	244,85	3,55	Composto	24.400,84
008	10/08/2017	23.431,58	0,19	0,86	201,51	3,04	Composto	24.351,54
009	22/09/2017	23.431,58	0,16	0,70	164,02	2,53	Composto	24.192,57
010	20/10/2017	23.543,69	0,42	0,28	65,92	2,02	Composto	24.086,52
011	20/11/2017	23.741,85	0,28	0,00	0,00	1,51	Composto	24.100,35
<b>TOTAL:</b>		<b>256.472,46</b>			<b>2.684,95</b>			<b>269.477,91</b>
<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>256.472,46</b>			<b>2.684,95</b>			<b>269.477,91</b>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

### 4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Francisco Sá / MG - 22.681.423/0001-57

Representante Legal: 479.411.116-91 - MARIO OSVALDO RODRIGUES CASASANTA

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO SA - 03.133.862/0001-80

Representante Legal: 105.057.486-61 - ELVIS HENRIQUE RUAS RODRIGUES

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

Nome: Anna Karine Pena Paula

Cargo: Assistente

CPF: 074.945.246-30

Nome: Taine Stefane Ferreira Nery

Cargo: Assistente

CPF: 120.588.926-40